

PS defende funcionamento 24 horas para a Linha Regional Contra a Violência Doméstica

Andreia Cardoso defendeu, esta sexta-feira, o funcionamento durante 24 horas por dia da Linha Regional Contra a Violência Doméstica (800 27 28 29), lembrando que esta linha telefónica foi alvo de uma ampla campanha publicitária, em abril de 2020, com anúncios na comunicação social, redes sociais, outdoors, folhetos e com divulgação nas escolas.

A vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS falava na cidade da Horta, no âmbito de uma proposta do BE recomendava ao Governo Regional que providenciasse Casas Abrigo ou de arrendamento temporário para vítimas de violência doméstica com mais de 65 anos e que o Executivo criasse uma aplicação para smartphones, facilitando a denúncia destes crimes às autoridades.

Andreia Cardoso realçou o trabalho que “tem vindo a ser desenvolvido desde há largos anos pelos sucessivos Governos Regionais”, destacando que “em 2019 e 2020 foram feitos estudos sobre a violência doméstica nos Açores e, nos últimos anos, foram implementados sistemas de monitorização”.

A deputada socialista frisou que este Governo Regional “dispõe de toda a informação”, mas também de “um conjunto de técnicos habilitados e formados, redes de combate à violência doméstica e uma rede de estruturas residenciais em toda a Região”.

Andreia Cardoso considerou ser “importante sensibilizar os jovens para a violência no namoro” e “alertar para as questões da violência doméstica sobre crianças”, considerando que “o momento de refletir é este, em que está a ser elaborado o 4º Plano de Combate e Prevenção da Violência Doméstica”.

A parlamentar salientou que o acompanhamento psicológico e o apoio social são “determinantes para as vítimas de violência doméstica”, recordando que “já foram desenvolvidas campanhas em escolas, associações desportivas e culturais, que lidam diretamente com jovens envolvidos em casos de violência no namoro”.

“Contudo, nenhuma campanha será suficiente enquanto persistir o volume de denúncias que ainda existem na Região. Temos de continuar, persistir no caminho do combate estruturado e programado à violência doméstica”, sublinhou.

“Uma vítima é uma vítima. Nós não podemos dizer se uma ou se 10 vítimas é um número alto ou baixo. 10 vítimas já é muito! Dez pessoas que, num determinado momento da sua vida, precisaram de ter acompanhamento psicológico, ou para saber a quem é que podem recorrer, que apoio jurídico é que existe, que casas de emergência é que existem na minha ilha, são questões fundamentais”, finalizou Andreia Cardoso.

É fundamental reforçar o trabalho de prevenção e combate à violência doméstica, considera Célia Pereira

Intervindo no mesmo debate, Célia Pereira considerou ser “fundamental dar continuidade ao trabalho desenvolvido por Governos Regionais anteriores no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica”.

“É preciso reforçar, criar e inovar nas respostas, investindo no seu financiamento e em parcerias com as associações e entidades que intervêm nesta área e cujo trabalho e incedível dedicação a esta causa fazem a diferença”, frisou.

A deputada socialista salientou que o Governo Regional “tem competência ao nível das respostas sociais”, que “têm como missão apoiar e acompanhar a vítima, ajudando-a a restabelecer o seu equilíbrio psicológico e emocional e apoiar a sua autonomização sempre que as vítimas se virem obrigadas a sair de casa, por ter a sua vida em risco”.

Para Célia Pereira, a violência doméstica e de género é, talvez, a “mais negativa e cruel das desigualdades entre homens e mulheres”, considerando que “urge mudar e mobilizar todos, independentemente da ideologia político-partidária”.

“Uma vida não tem preço e é disso que estamos a tratar: de homens e de mulheres, de crianças e de jovens, independentemente da idade e da sua origem social”, concluiu a deputada socialista.

Valdemira Gouveia: elevadas taxas de violência doméstica nos Açores exigem reflexão jurídica, sociológica e psicológica

Valdemira Gouveia considerou que a elevada taxa de violência doméstica e das suas vítimas nos Açores obriga a “uma reflexão jurídica, mas também sociológica e psicológica”.

Salientando que as mulheres estão “particularmente vulneráveis ao crime de violência doméstica”, a deputada do PS recordou que, dos crimes reportados à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), “72,5% dizem respeito a crimes de violência doméstica sendo que destes, 14% foram infligidos a pessoas com mais de 60 anos”.

Valdemira Gouveia recordou que os Governos Regionais da responsabilidade do PS “desenvolveram várias diligências de combate à violência doméstica”, exemplificando com o apoio de uma linha telefónica, uma campanha regional de sensibilização para o fim da violência doméstica, divulgada em várias plataformas e o reforço das parcerias com as entidades de apoio social”.

“Qualquer avanço no sentido de apoiar as vítimas da violência doméstica nos Açores é uma vitória. Porém, este é um combate permanente, que não pode parar”, finalizou Valdemira Gouveia.

Horta, 16 de dezembro de 2022